

## BRANQUITUDE E PRIVILÉGIOS

Janete Santos da Silva Monteiro de Camargo<sup>1</sup>

Eliane Rose Maio<sup>2</sup>

Teresa Kazuko Teruya<sup>3</sup>

**Resumo:** A presente investigação surgiu a partir da inquietação provocada pela disciplina Educação Escolar e Diversidade, ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM), após discutirmos sobre o tema da redação do vestibular da UEM, realizado no ano de 2021, com o título: “O racismo em questão no Brasil: privilégios brancos em discussões atuais”. Assim, esta análise pretende discutir o conceito de branquitude e os tipos de privilégios que é possível obter em razão disso. Para alcançar o objetivo proposto, nos utilizamos da pesquisa bibliográfica. Verificamos a complexidade do conceito de branquitude e o quanto é possível adquirir privilégios por esse motivo. Também evidenciamos a relevância da disciplina cursada por promover debate acerca de uma educação inclusiva, que respeita e valoriza a diversidade.

**Palavras-chave:** Educação Escolar. Identidade. Branquitude. Privilégios.

## WHITENESS AND PRIVILEGE

**Abstract:** The concept of the present research was constructed from a concern raised by the discipline School Education and Diversity, offered by the Graduate Program in Education at the State University of Maringá (PPE/UEM), after a discussion about the essay theme from the UEM's admission exam, held in 2021, with the title: "Racism in question in Brazil: white privileges in current discussions". So, this analysis intends to discuss the concept of whiteness and the types of privileges that can be obtained because of it. To reach the proposed objective, we used bibliographical research. We verified the complexity of the concept of whiteness and how it is possible to acquire privileges because of it. We also highlighted the relevance of the course taken by promoting debate about an inclusive education, which respects and values diversity.

**Keywords:** School Education. Identity. Whiteness. Privileges.

<sup>1</sup>Mestranda do PPE, Programa de Pós-graduação em Educação, da UEM (Universidade Estadual de Maringá-Integrante dos Grupos de pesquisa; GPEMEC, Grupo de Pesquisa em Educação, Mídia e Estudos Culturais e ARTEI-Grupo de Pesquisa em Arte, educação e Imagens, ambos pela UEM/Maringá, Paraná. E-mail de contato: [janetessmc@gmail.com](mailto:janetessmc@gmail.com)

<sup>2</sup>Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestrado em Psicologia (UNESP/Assis); Doutorado e Pós-doutorado em Educação Escolar (UNESP/Araraquara). Professora do programa de Pós-graduação em Educação (PPE), da UEM. Líder do Grupo de Pesquisa: NUDISEX - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual. E-mail de contato: [elianerosemaio@yahoo.com.br](mailto:elianerosemaio@yahoo.com.br)

<sup>3</sup>Pós-doutora pela UnB (Universidade de Brasília). Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Silva. Professora aposentada pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Voluntária do Programa de Pós-graduação em Educação (Mestrado e doutorado) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Mídia e Estudos Culturais (GPEMEC/UEM). E-mail de contato: [tkteruya@gmail.com](mailto:tkteruya@gmail.com)

## LA BLANCURA Y LOS PRIVILEGIOS

**Resumen:** La presente investigación surgió de la inquietud que suscita la disciplina Educación Escolar y Diversidad, que ofrece el Programa de Posgrado en Educación, de la Universidad Estadual de Maringá (PPE/UEM), luego de discutir el tema de la redacción del examen de ingreso a la UEM, realizado en 2021, con el título: “El racismo en cuestión en Brasil: privilegios blancos en discusiones actuales”. Así, este análisis pretende discutir el concepto de blanquitud y los tipos de privilegios que es posible obtener como resultado. Para alcanzar el objetivo propuesto, se utilizó la investigación bibliográfica. Verificamos la complejidad del concepto de blancura y hasta qué punto es posible adquirir privilegios por esta razón. También destacamos la relevancia del tema estudiado para promover el debate sobre una educación inclusiva, que respete y valore la diversidad.

**Palabras clave:** Educación escolar. La identidad. La blancura. Privilegios.

### Introdução

Esta investigação surgiu a partir de uma discussão acerca do tema da redação do vestibular da Universidade Estadual de Maringá, UEM, que foi “O racismo em questão no Brasil: privilégios brancos em discussões atuais”, que ocorreu na disciplina de Educação de Diversidade, ofertada pelo PPE/UEM (Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá), desse modo, esta pesquisa pretende discutir o conceito de branquitude e os tipos de privilégios que é possível obter em razão disso. Destacamos que o debate se concentrou nos privilégios da branquitude e, nesta análise, sentimos necessidade de abordar também conceitos de branquitude definidos por autores (as) renomados (as).

Para tanto, nos utilizamos da pesquisa bibliográfica, que é realizada a partir de pesquisas anteriores, na qual podemos encontrar como fontes materiais impressos ou digitais como teses, livros, artigos acadêmicos, dicionários, enciclopédias, publicações em periódicos etc. e que utiliza-se de categorias teóricas ou analíticas realizadas por pesquisas antecedentes. (Antonio Carlos GIL<sup>4</sup>, 2002; Antonio Joaquim, SEVERINO, 2013;). Nosso respaldo teórico encontra-se na corrente teórica dos estudos culturais.

Embora seja praticamente impossível de separar o conceito de branquitude das questões raciais, ideológicas, sociais, culturais, políticos, econômicos e relações de poder e identidade racial, racismos. Assim, decidimos abordar a temática dividida em subtítulos

---

<sup>4</sup> Optamos por trazer o nome completo dos/as autores/as, para dar visibilidade à mulher, que geralmente traz consigo um sobrenome masculino. Também optamos por escrever o nome completo no decorrer do texto, na primeira vez que o(a) autor(a) foi citado(a).

como: Branquitude: origem e definições e branquitude: educação. Destacamos que ambos os subtítulos contêm excertos que enfatizam as relações de poder, racismos e os privilégios da branquitude.

### **Branquitude: origem e definições**

O tema da redação do vestibular da Universidade Estadual de Maringá, no ano de 2021, que ocorreu no mês de maio, “O racismo em questão no Brasil: privilégios brancos em questões atuais!” causou polêmicas nas mídias locais e gerou discursos racistas nas redes sociais. Com isso, percebemos manifestações de pessoas brancas, que gozam de privilégios, expressando suas opiniões racistas, mas que não assumem que as têm. Na aula da disciplina de Educação Escolar e Diversidade, discutimos sobre os privilégios da branquitude, notamos que esse assunto é recente e que muitas pessoas que performam-se na branquitude nunca tinham sequer pensado que aproveitam dessa distinção. Pensando nisso, sentimos a necessidade de conceituar branquitude, sem desmembrá-lo dos atravessamentos sociais, políticos, econômicos, relações de poder, questões culturais e identitárias que envolve o vocábulo.

Lourenço Cardoso (2010) aponta como precursor dos estudos de branquitude o autor Alberti Memmi, que analisou as relações do opressor e do oprimido, teorizou suas matizes sob o ponto de vista de colonizador e colonizado, embora o autor Memmi tenha realizado pesquisa acerca do africano, não escreveu obrigatoriamente sobre as relações do negro e branco. Cardoso (2010) desenvolveu estudos acerca da branquitude crítica e acrítica e esses termos surgiram através das pesquisas do *critical whiteness studies* dos Estados Unidos. Esse autor salienta que “a literatura científica sobre a identidade racial branca de língua inglesa, assim como a de língua portuguesa, [...] concentram-se em pesquisar os tipos de racismos praticados por brancos que discordam da tese de superioridade racial branca”. (CARDOSO, 2010, p. 612).

“[...] a branquitude crítica que desaprova o racismo “publicamente”, e a branquitude acrítica que não desaprova o racismo, mesmo quando não admite seu preconceito racial e racismo, a branquitude acrítica sustenta que ser branco é uma condição especial, uma hierarquia obviamente superior a todos não-brancos.” (CARDOSO, 2010, p. 611).

Cardoso (2010) chama atenção para o fato da branquitude crítica, publicamente, desaprovar o racismo, mas não significa que faça isso num ambiente privado e ressalta que a branquitude acrítica assume que é superior aos não brancos, tornando-se assim racistas. Destaca também que na branquitude crítica, o cidadão desaprova os privilégios conquistados em razão de sua identidade racial, enquanto que na acrítica, os cidadãos argumentam constantemente sobre a superioridade racial. Assim, “a compreensão dos múltiplos aspectos característicos da branquitude pode resultar na maior complexificação das diferentes formas de privilégios obtidos pelos brancos em práticas racistas, por vezes sutis.” (CARDOSO, 2010, p. 616).

Desde 1990, há estudos nos Estados Unidos acerca da temática da branquitude, e essas pesquisas são comuns nesse país, elas relacionam esse tema à categoria analítica e política. Desse modo, no Brasil, o autor Gilberto Freyre sugeriu o uso do vocábulo em suas análises no ano de 1962, relacionando-o à identidade branca e fez uma analogia ao vocábulo negritude. Porém, o primeiro pesquisador a realizar estudos sobre a identidade branca foi o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) em seu livro “A Patologia Social do “branco” brasileiro” e usava o termo brancura, que na literatura atual tem o mesmo significado do vocábulo branquitude. (CARDOSO, 2010; 2011) distingue brancura de branquitude: brancura diz respeito aos aspectos físicos que ajudam a identificar a pessoa como branca pela pele clara, cor dos lábios, cabelos, etc e branquitude também diz respeito a traços físicos que identificam uma pessoa a um grupo, mas a diferenciação vai além dessas características, a brancura seria também um dos traços da própria branquitude, uma pessoa pode se identificar como branca, mesmo sem ter brancura. Para entendermos melhor esses conceitos traremos mais autores.

Assim, Willian Luiz da Conceição (2017) afirma

as preocupações de compreender os mecanismos ideológicos de ação do racismo à brasileira surgiram desde que o ditado “negro de alma branca” apareceram como “elogio”, apregoados a mim e outros negros que buscavam romper os laços da discriminação ou detinham características sociais atribuídas apenas aos brancos, como: escolaridade, erudição e formas de postura. Essas, quando “alcançadas” por um negro, sempre apareceram como um “elogio”, evidenciando a cultura e os valores brancos, mais uma vez, como superiores. (CONCEIÇÃO, 2017, p. 24).

Ainda Conceição (2017) argumenta que a brancura, portanto, é vista como superioridade. A alma branca era princípio vital e, com isso, surge o fenômeno da branquitude marcado pela história, interseccionalidade e desigualdades sociais, relacionadas as marcas do colonialismo. Desse forma, inferimos que elogios como “negro de alma branca” proferidos por pessoas brancas, são ditas com a intenção de elogiar, mas trata-se de uma expressão extremamente racista.

Ainda mais, “branquitude é um registro complexo, uma teoria de atores definidos por uma política de diferença, sujeitos a uma inconstância da história, do poder e da cultura.” (Maria Aparecida BENTO, 2002, p. 163).

Por outro lado, para Liv Sovik (2009)

A branquitude é atributo de quem ocupa um lugar social no alto da pirâmide, é uma prática social e o exercício de uma função que reforça e reproduz instituições, é um lugar de fala para o qual uma certa aparência é condição suficiente. A branquitude mantém uma relação complexa com a cor da pele, formato de nariz e tipo de cabelo. Complexa porque ser mais ou menos branco não depende simplesmente da genética, mas do estatuto social. Brancos brasileiros são brancos nas relações sociais cotidianas: é na prática — é a prática que conta — que são brancos. A branquitude é um ideal estético herdado do passado e faz parte do teatro de fantasias da cultura de entretenimento.(SOVIK, 2009, p. 50).

Assim, depreendemos que somente o fato de ter a melanina da pele clara já coloca o branco no topo da pirâmide, já lhe atribui um lugar de fala, poder de estar incluído dentro de uma elite hegemônica. Quando atribui à branquitude a complexidade, Sovik (2009) refere-se ao fato que as relações sociais também determinam quem é branco, circunstância que é abordada nas pesquisas do psiquiatra negro Fanon (2020), na qual argumenta que por atuar no campo da medicina e obter privilégios sociais já era motivo para que colegas o denominassem de branco.

Enfatizamos que estudos sobre branquitude estão relacionados à identidade branca e Stuart Hall (2003), Kathryn Woodward (2004) e Tomaz Tadeu da Silva (2004, 2011) argumentam que a identidade é cambiável, está sempre em construção e muda de acordo com o tempo, espaços de poder e contextos em que os sujeitos estão inseridos. Para Cardoso [...] ser branco pode significar ser poder ou estar no poder “ (CARDOSO, 2010, p. 611). Silva (2011) acrescenta que as relações de poder estão envolvidas na constituição e manutenção de identidades.

Compreendemos que a identidade é construída em cada ser humano constantemente e varia de acordo com a situação e que nos estudos de branquitude há uma constante relação com o poder. Para Woodward (2004), a identidade nos acompanha desde o nascimento até a morte. Afirma também que na política da identidade raça, etnia, gênero e classe são centrais, pois o processo de formação de identidade se dá tanto do apelo pela identidade hegemônicas, quanto pela resistência dos movimentos sociais.

Da mesma forma, Schucman (2005) argumenta que “[...] ser branco no Brasil é ter a pele relativamente clara, funcionando como uma espécie de senha visual e silenciosa para entrar em lugares de acesso restrito” (SCHUCMAN, 2005, p. 171).

Sovik (2009) comenta sobre a branquitude.

A supervalorização do branco é um fenômeno mundial, com particular vigência em lugares que foram colonizados por europeus que implantaram a escravidão. A branquitude, na visão de críticos estrangeiros, não é uma abordagem teórica, mas um objeto com “estruturas internas complexas e medonhas”, uma “categoria de análise”, “conjuntos de fenômenos locais complexamente arraigados na trama das relações socioeconômicas, socioculturais e psíquicas [...], um processo, não uma ‘coisa’”. Esses críticos apontam para a vinculação do conceito ao contexto: para eles, a definição de quem é e não é branco é construída em processos históricos, mais do que é comum entre conceitos. Por causa de seu arraigamento em circunstâncias, a branquitude é um problema que precisa ser teorizada, mais do que um conceito pronto para ser modificado e adaptado a novos contextos (SOVIK, 2009, p. 18).

Com a pesquisa de Sovik (2009), reafirmamos que a branquitude é relacionada aos fatores econômicos, socioculturais e psíquicos. É uma forma de pensamento determinada pela elite dominante branca que dita as normas e estabelece como padrão a raça branca. Tudo o que está fora disso, está fora do padrão. A branquitude deve ser teorizada e problematizada, pois vai além de uma pigmentação de pele.

Demais, Sovik (2014) defende que a “ branquitude é relacional, para pensar sobre ela, temos que perceber as relações entre brancos e não brancos”. (SOVIK, 2014, p. 163). Por isso, nos reportamos ao pesquisador Stuart Hall, que, embora seja um pesquisador da negritude, é muito importante para entender a branquitude, porque foca a atenção na biografia de cada um, na descrição de vida que refere-se à identidade. O autor se preocupa com a história e os processos lentos ocorridos nela, preocupa-se com as circunstâncias que vivemos

no presente. Ao estudar os racismos, questiona se algo mudou no presente e cita como estratégia para combater esses racismos é reconhecer e valorizar a cultura da diáspora negra e, com isso, conseguiremos destronar a branquitude de seu olhar soberano. (SOVIK, 2014).

Diante disso, a identidade é construída a partir da diferença é mutável e está diretamente associada às vivências de cada um, aos valores e crenças que cada indivíduo possui. (HALL, 2006).

No livro *Cultura e Representação*, de Stuart Hall (2016), no capítulo “O espetáculo do Outro”, o autor problematiza imagens de negros e negras e argumenta que através delas se constrói a diferença. Questiona os estereótipos lançados contra a população negra de acordo com o imaginário colonialista que associa ao negro e à negra estereótipos de preguiça, infantilidade, malandragem etc. (HALL, 2016).

Percebemos que quando Hall (2016) questiona e problematiza os estereótipos, ele discute também o pensamento colonial e sugere a descolonização dessa concepção. Corroborando com as pesquisas de Hall (2016), acerca da descolonização do pensamento colonial, os estudos de Grada Kilomba (2019), vítima de racismo, que prova que ainda há resquícios desse juízo na sociedade contemporânea e de Fanon (2008, 2020) que denuncia o racismo em razão da cor de pele e comenta que ele mesmo foi vítima de racismo.

No Dossiê sobre a Branquitude, publicado pela ABPN (2014), e na apresentação, Schucman e Cardoso (2014, p. 05) conceituam branquitude da seguinte forma:

[...] branquitude significa pertença étnico-racial atribuída ao branco. Podemos entendê-la como um lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não brancos, dessa forma significa, ser menos do que ele. Ser branco se expressa na corporeidade, isto é, a brancura e vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais, simbólicos e materiais. (SCHUCMAN; CARDOSO, 2014, p. 05).

Com essa definição, compreendemos que só pelo fato de ser uma pessoa branca já detém privilégios, pois ser pessoa branca é estar no lugar privilegiado na hierarquia racial, significa que essa criatura é detentora de poder e, por meio dele pode classificar as outras como não brancas. As pesquisas de Eva Alves Lacerda (2018) apontam que nos livros didáticos de Arte analisados, “Por toda Parte e Projeto Mosaico”, predominam a representação da branquitude. Ressaltamos que para compreender branquitude é necessário

entendermos as relações de poder.

No livro **Aqui Ninguém é branco**, Sovik (2009), escrito para pensar a branquitude como um problema social e político, explica que ser pessoa branca no Brasil significa desempenhar papel com certa autoridade que permite baixar as barreiras no trânsito, não é só um lugar de fala. Assim, mais uma vez, notamos a presença das relações de poder que envolvem as relações sociais, ser branco é ser contemplado de privilégios.

Outrossim, Michel Foucault (2014), na obra “Microfísica do Poder”, discute as relações de poder e cita a universidade como um espaço de privilégios por meio do domínio de saber, também critica o poder dos(as) historiadores(as) que escrevem a história sob seu ponto de vista e, com isso, visibilizam determinados grupos e saberes e ocultam outros. Argumenta que o tribunal não é um lugar “natural” de justiça, mas a função histórica de dominá-la, reduzi-la e sufocá-la pelos poderes instituídos pelo Estado.

No artigo “Branquitude e poder: revisitando o medo branco no século XXI”, Schucman (2014) entrevistou várias pessoas e uma delas diz que tem uma loja no centro de uma cidade e que seus/suas clientes são pessoas brancas, por isso não contrata para trabalhar em seu estabelecimento comercial as pessoas negras, mas não se acha racista. Outra entrevistada, que trabalha numa indústria farmacêutica internacional, diz que reconhece que há racismo na sociedade, que as pessoas brancas têm privilégios e entende que as pessoas negras não estão nesta indústria farmacêutica e em outros setores internacionais porque a empresa exige “boa aparência”. Schucman e Cardoso (2014) concluem que embora as duas pessoas admitam que têm privilégios, não querem abrir mão deles.

André Sidnei Musskopf (2019), pesquisador branco, reconhece os privilégios que tem devido sua branquitude “Não foi senão muito mais tarde que percebi todos os privilégios e oportunidades que essa minha identidade percebida e que eu de diversas formas performava me garantia e ainda me garante”.(MUSSKOPF, 2019, p. 216). Da mesma forma, Edith Pisa (2005), Schucman (2014) e Sovik (2009, 2014) abordam os privilégios da branquitude em suas pesquisas e reconhecem suas próprias regalias .

Já Djamila Ribeiro (2017) analisa o privilégio da branquitude quando argumenta que as desigualdades são criadas pelo modo de como o poder articula essas identidades. As diferenças resultam de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos e oprime



outros, por exemplo, na seguinte situação: quando há pessoas brancas dizendo que somente elas pensam na coletividade e, por outro lado, quando uma pessoa negra reivindica seus direitos é chamada de “egoísta”.

A autora Ribeiro (2017) deixa explícito o privilégio da branquitude. Ela o aborda e argumenta que se tornam diferentes na sociedade todas as pessoas que não se encaixam nos padrões eurocêntricos. Desse jeito, percebemos que a sociedade segrega e exclui a negritude em detrimento da branquitude.

No livro “Memórias de plantação: episódios do racismo cotidiano” (KILOMBA, 2019), fruto de seu Doutorado, Grada Kilomba trabalha com diversos episódios de racismo no cotidiano e nos faz entender que realmente ele se encontra inserido em nosso cotidiano. Ela chama a atenção sobre a nossa língua portuguesa por ser sexista e da necessidade de incluirmos a diversidade, começando pela quebra de paradigmas impostos pela própria língua, mas que por meio das linguagens como: dança, música, teatro, literatura, artes plásticas, etc., podemos combater a norma cultural, racial e social ditadas pela classe hegemônica. (KILOMBA, 2019).

Assim, “[...]a hierarquia racial continua vigente e, em um conflito eventual, ela reaparece, enfraquecendo a posição de pessoas negras.” (SOVIK, 2009, p. 50).

Deste modo, pudemos verificar que o conceito de branquitude é complexo e está diretamente relacionado com questões sociais, identitárias, políticas, econômicas, etc. e ressaltamos que nosso desejo é ver a população negra adentrando nos diversos espaços de poder, para que assim, conquistem a igualdade social.

### **Branquitude e educação**

A relevância da temática da branquitude também motivou diversos pesquisadores a observarem de que forma este conceito é visto no âmbito escolar.

Luciana Alves (2012) pesquisou professores/as da Educação básica por meio de entrevistas semiestruturadas. Algumas respostas se autodeclararam brancos e outras negros. A pesquisadora perguntou às pessoas entrevistadas sobre o significado de ser branco. Trouxemos, abaixo, a síntese das respostas obtidas por Alves (2012).

Nos depoimentos dos professores participantes da pesquisa, a brancura se evidenciou como um valor, um ideal ético, estético, econômico e educacional que pessoas negras e brancas buscariam alcançar ao longo de sua trajetória de vida, fosse simbolicamente, por meio do cultivo de comportamentos atrelados à brancura, fosse corporalmente, por meio da adequação do corpo para corresponder às características que se convencionou relacionar a esta: cabelo liso, nariz fino, pele clara (fala de Carolina) (ALVES, 2012, p.32).

Nessa pesquisa e em outras, a brancura é tida como um ideário buscado tanto por brancos/as quanto por negros/as para que fossem aceitos/as pela sociedade, alguns/mas buscam até mesmo plásticas para se tornarem embranquecidos, enquanto muitos/as negros/as buscam dinheiro e poder, pela ocupação de cargos que são geralmente ocupados por brancos/as, em nome do embranquecimento.

Antonio Sergio Alfredo Guimarães (2011) comenta que a escola é uma instituição construída nos termos legais e com objetivos pedagógicos para garantir e divulgar princípios de justiça e igualdade, porém a maioria delas apresenta uma visão unitária e não plural da sociedade, e com isso trabalha com representações que desvalorizam pessoas diferentes, que são aquelas pessoas que não se encaixam aos padrões normatizados pelo eurocentrismo. Dessa forma, contribuem para perpetuação da inferioridade dos seres humanos considerados diferentes.

Mais uma pesquisa aponta que a branquitude é a norma e o corpo negro a exceção. Daí surge a necessidade de uma educação voltada para o respeito às diferenças dentro do espaço escolar, promovendo diálogos com a diversidade, percebendo que todas as culturas e todos as tonalidades de pele devem ser respeitadas, estudadas e valorizadas.

Maria Angelica Zubaran e Joice Mari Ferreira da Cruz (2019) realizaram entrevistas com docentes e concluem que

as narrativas docentes sobre a construção da diferença racial e da Branquitude no âmbito da escola evidenciaram posicionamentos ambivalentes, ora reconhecendo que os alunos brancos têm privilégios na escola, ora reafirmando discursos de democracia racial e de meritocracia e negando a existência de questões raciais na escola. Esses discursos e representações se entrecruzam nas narrativas que, de maneira geral mantêm a ideia da igualdade universal de oportunidades de ascensão social para todos os cidadãos brasileiros, independentemente da classe, gênero e cor. (ZURABAN; CRUZ, 2019, p. 144).

Os discursos ambivalentes destacados por Zubaran e Cruz (2019) estão presentes no ambiente escolar. A negação da existência de preconceitos raciais é um impedimento para que haja discussões sobre a temática e a necessidade de formação pedagógica a todos/as docentes da Educação Básica e da superior. Nas narrativas docentes acima ficam implícitas que as diferenças e desigualdades sociais e raciais não existem. Esse discurso nos remeteu para a célebre Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na qual em seu Art. 5º que é amplamente conhecido: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988, s/p), infere-se que a própria Constituição não respeita as diferenças e foi elaborada de forma a manter os privilégios da branquitude e por pressão dos movimentos sociais, teve que ser retificada pela Lei.

Somam-se às pesquisas de Zubaran e Cruz (2019), as pesquisas de Maria Aparecida Bento (2002) que em sua dissertação trata dos silêncios sobre a temática racial dentro da sala de aula e no lar. Apontados nas entrevistas no âmbito escolar e familiar, Bento (2002) faz um estudo sobre discriminação e privilégios de pessoas brancas, evidenciando que a discriminação racial é um motor para a manutenção de privilégios de um grupo sobre o outro. Para a autora, a discriminação extrapola o preconceito porque o desejo de manter os privilégios, combinando com a rejeição às pessoas negras, pode gerar discriminação. Todas as pesquisas apontam que há privilégios de pessoas brancas sobre as pessoas negras, por isso, há necessidade de uma luta constante travada pelos movimentos negros.

A obra “A produção da escola pública contemporânea”, de Gilberto Luiz Alves (2006), aborda a história da educação sob o ponto de vista da branquitude, pois apaga a história das populações negras na educação. O saber/poder encontra-se em prol da branquitude, por isso é vista como regra e há dificuldades em aceitar aquilo que está fora do padrão ditado pela sociedade hegemônica. O poder é instituído pela opressão do Estado. A norma é violenta.

Entendemos que branquitude é um privilégio racial, político e econômico, uma vez que acreditamos que é bem mais fácil uma pessoa branca ter acesso a melhores condições de moradia, educação, emprego e saúde, enquanto o (a) negro (a) é comum estar associado ao imaginário construído pelo pensamento colonial (Eliane Rose MAIO; Karina Moriz TAVARES, 2021).

Outrossim, debates sobre branquitude e os privilégios são necessários no campo educacional, encontrando respaldo na Lei 10639/03 (BRASIL, 2003), que foi elaborada para dar visibilidade à história e cultura afro-brasileira e africana e representa uma grande conquista para uma educação antirracista, permitindo à Lei 5692/96, que rege a Educação e a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (BRASIL, 1996), fosse alterada e no artigo 26, há a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana em todos os currículos nacionais. Isso significa que é urgente que ocorra uma maior valorização da cultura negra no Brasil, pois o Senado entendeu que a educação é contemplada por conteúdos que privilegiam a branquitude.

Neste sentido, Izaque Pereira de Souza (2020) defende que tratar de igualdade material, de melhorar o acesso e as condições da população para conseguir adentrar em espaços de poder, é algo que causa incômodo, porque ao aceitarmos a existência de desigualdades nesses lugares, temos que aceitar que há privilégios de um grupo em detrimento de outro.

Da mesma forma, brancos foram privilegiados no que se refere ao acesso de recursos materiais e simbólicos. Privilégio gerado, a princípio, pelo colonialismo e, posteriormente, pelo imperialismo e que se mantém até os dias atuais. (SCHUCMAN, 2014). Cardoso (2010), entende que “[...] as pesquisas sobre a branquitude ao focar o branco em suas pesquisas, não propõem que se negligenciem as pesquisas a respeito da negritude, e sim, chamam a atenção e procuram preencher uma lacuna nas teorias das relações raciais. (CARDOSO, 2010, p. 610).

Ser pessoa negra numa sociedade ditada pelo poder instituído pela branquitude é ser considerado (a) uma ameaça, se exterminarmos esse poder, conseguiremos impedir a continuidade de toda uma geração e uma raça considerada inferior. (GOMES, 2018). Gomes (2018), também traz um alerta de ativistas do Movimento Negro para novas formas de eugenia do século XXI, uma vez que o projeto de branqueamento da nação no período pós-abolição das pessoas escravizadas, em 1888, foi frustrado e também o branqueamento pela imigração europeia, projeto tão sonhado pela elite dominante. A autora destaca as formas de linguagem empregada como resistência pela juventude, tais como: *Hip Hop*, *funk*, charme, bailes *Black* que são retomadas de forma ressignificada.

Trabalhar com as linguagens de resistência da juventude negra, citadas por Gomes, na

sala de aula, pode contribuir para o rompimento de conteúdos que privilegiam a branquitude no currículo. Com os argumentos de Gomes (2018), percebemos que, embora na contemporaneidade tenhamos tido diversos avanços com relação ao combate de privilégios da branquitude e uma inserção maior de pessoas negras nos espaços sociais, ainda assim, precisamos avançar cada vez mais, porque ao mesmo tempo que o Movimento Negro ganha força e contribui para que as pessoas negras adentrem em vários espaços sociais, raramente adentrados, necessitamos ficar atentos/as para que novas formas de tentativas de eugenia no século XXI não ganhem força.

Por isso, percebemos os privilégios da branquitude no direito à vida, pois milhares de vidas negras são ceifadas, erroneamente, em nome da justiça e do abuso de poder. Foucault (2005) questiona sobre

[...] o que é o poder? Seria justamente uma questão teórica que coroaria o conjunto o que eu não quero- o que está em jogo é determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas. Grosso modo, acho que o que está em jogo em tudo isso é o seguinte: a análise do poder, ou análise dos poderes, pode de uma maneira ou de outra, ser deduzida da economia? (FOUCAULT, 2005, p. 19).

As relações de poder questionado por Foucault (2005) são visíveis nas diversas esferas da sociedade, como, por exemplo: um(a) empresário(a) branco(a) não contrata funcionários(as) negros(as) porque seus(suas) clientes são brancos(as); o poder está sendo evidenciado quando há questionamento de saberes pela população negra, quando há o silenciamento nas escolas quanto ao tema racismo e a falta de sistematização de conteúdos que visibilizam e valorizam saberes produzidos pelas pessoas negras; está inserido no discurso de branqueamento que permeou o Brasil desde a época do colonialismo e se olharmos atentamente ainda está presente na sociedade contemporânea.

Da mesma forma, Silvio Luiz Almeida (2019), ao abordar as diversas formas de racismos quando refere-se ao racismo institucional, argumenta que o foco é no poder na relação racial e concentra-se na dominação, na qual instituições utilizam mecanismos políticos e econômicos como uma forma de manutenção do poder. O autor denuncia o domínio de brancos nas esferas legislativas, judiciárias e empresas, pois normatizam regras

que dificultam a ascensão do (da) negro (a) (ALMEIDA, 2019).

Encerramos, momentaneamente, nossa discussão, reafirmando a necessidade da inserção do corpo negro em todos os âmbitos sociais, pois esse indivíduo produz conhecimentos validados por suas pesquisas aprofundadas e potentes. É urgente e necessário que a negritude deixe de ser objeto de críticas e abusos de poder normatizados pela sociedade eurocêntrica. Pensando nisso, trouxemos Antonio Sergio Alfredo Guimarães (2011) e Kabengele Munanga (2019) que concluem que corpos negros, brancos, indígenas, mestiços, etc produzem ciência e conhecimento.

À vista disso, ressaltamos sobre uma Universidade ofertar uma disciplina que contemple a diversidade e que por meio dela oportuniza que discentes, muitos/as já atuando na Educação, enquanto outros(as) em breve estarão no chão de sala de aula, com muito mais conhecimento para promover também essas discussões no espaço escolar. Sabemos que os sujeitos do cotidiano escolar convivem com as diversidades, por isso, cabe ao pessoal docente ter um olhar humano e científico para elas, pois assim, planejará os conteúdos para suas aulas de forma diversificada para atender aos diversos sujeitos do processo educativo. Portanto, a tarefa docente de mediação no processo de ensino e aprendizagem é fundamental para que os conhecimentos científicos sejam sistematizados e mediados, de acordo com a especificidade de cada educando/a.

### **Considerações finais**

Nosso tema foi suscitado na disciplina Educação Escolar e Diversidade para pensar a nossa formação pessoal e profissional. Sair da zona de conforto, e se colocar no lugar do outro, diferente de nós, propiciou o entendimento da diversidade que há em uma sala de aula e entender a necessidade de um olhar atento para as questões raciais. No chão da escola, percebemos que muitas pessoas que atuam como docentes ainda não estão preparadas para a diversidade étnica e racial em um único espaço: a sala de aula. A tarefa de educar é complexa e repleta de conflitos que nem sempre estão contempladas nos planos de aula de docentes.

O conceito de branquitude é um debate necessário na atualidade e proporciona um melhor entendimento da identidade de cada um e se tem privilégios proporciona a possibilidade de refletir sobre esses privilégios, uma vez que a hierarquia racial causa conflitos e subestima a inteligência de pessoas negras. O tema da redação intitulado: “O

racismo em questão no Brasil: privilégios brancos em discussões atuais? É uma questão para discussão em cursos de formação inicial e continuada de docentes que atuam na Educação Básica e na Educação Superior. A pesquisa bibliográfica contribuiu para discutir o conceito de branquitude e os tipos de privilégios das pessoas brancas, configurando um racismo estrutural no contexto da sociedade brasileira.

Outrossim, percebemos que no conceito de branquitude está incutido questões ideológicas, identitárias, sociais, políticas, econômicas, relações de poder, etc. Por isso, é entendemos que o conceito de branquitude relaciona-se com estes atravessamentos.

Logo, destacamos que várias políticas afirmativas têm contribuído para questionar os privilégios da branquitude no espaço escolar, a fim de cumprir a Lei 10.639/03. A obrigatoriedade de um estudo sistematizado sobre a “História e Cultura Afro-brasileira e Africana contribuiu para questionar e romper com a educação eurocentrada no currículo escolar. No entanto, ainda é necessário uma formação docente para atuação crítica, para romper com o racismo estrutural, por meio da educação antirracista.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural**. Feminismos Plurais-Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da Escola Pública Contemporânea**. 4.ed. Campinas: SP: Autores Associados, 2006.

ALVES, Luciana. **O valor da Brancura: Considerações sobre um Debate Pouco Explorado no Brasil**. Cadernos Cenpec. São Paulo, v.2, n.2, p. 29-46, dez, 2012.

BENTO, Maria Aparecida. **Pactos Narcísicos no racismo. Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese de doutorado (Psicologia). Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2002, 169 páginas. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento\\_do\\_2002.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf). Acesso em: 01 mai., 2022.

BRASIL. **Lei n. 10639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 12 jun., 2021.  
BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, DF, dez 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 05 mai., 2022.

CARDOSO, Lourenço. **O branco-objeto: movimento negro situando a branquitude Instrumento**. R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v.13, n.1, p. 1-14 jan. /jun., 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18706>. Acesso em: 22 mai., 2022.

CARDOSO, Lourenço. **Branquitude Acrítica e Crítica: A Supremacia Racial e o Branco Antirracista**. *Revista Latinoamericana de Ciências Sociales Niñes y Juventud*, v.08, n. 1 ene-jun, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf>. Acesso em: 07 mai., 2022.

CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. **Brancura e branquitude: ausências, presenças e emergências de um campo de debate**. 221 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180902/349151.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 mai., 2022.

FOUCAULT. **Em defesa da sociedade. Curso no collège de France (1975-1976)**. Tradução. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rev. Roberto Machado. São Paulo: Lelivros. 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Janete/Downloads/Microfisica%20do%20Poder%20-%20Michel%20Foucault%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Janete/Downloads/Microfisica%20do%20Poder%20-%20Michel%20Foucault%20(1).pdf). Acesso em: 20 abr., 2022.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <https://lelivros.love/book/baixar-livro-pele-negra-mascaras-brancas-frantz-fanon-em-pdf-epub-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 14 mai., 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar um Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Pedagogia da crueldade: Racismo e extermínio da juventude negra**. Educação em Revista. Belo Horizonte, v.34, 2018, p. 1-26. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/yyLS3jZvjzrvqQXQc6Lp9k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 mai., 2022.



GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Raça, Cor, Cor da Pele e Etnia**. Cadernos de Campo. São Paulo, n.20, p. 265-271, 2011.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 11ª ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2006.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACERDA, Eva Alves. **A arte afro-brasileira no livro didático**. 171f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

MAIO, Eliane Rose; TAVARES, Karina Moriz. **A branquitude e seus privilégios**. Brazilian Journal of Development. Curitiba, v.07, n.11, p. 102159- 102176, nov. 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/38974/pdf>. Acesso em: 15 mai., 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude, Usos e Sentidos**, 4. ed., São Paulo: Ática, 2019.  
MUSSKOPF, André Sidnei. Interrogando a branquitude: Experiências Formadoras em Raça, Etnia, Religião e Sexualidade de um Garto Branco, Cristão e Gay. Revista Momento: Diálogos em Educação. v. 28, n. 01, p. 208-229, jan/abr., 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8752/5790>. Acesso em: 09 mai., 2022.

PIZA, Edith. **Adolescência e racismo: uma breve reflexão**. In: Simpósio Internacional do Adolescente. São Paulo. Proceedings online., 2005 Available from: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100022&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100022&script=sci_arttext). Access on: 19 may., 2022.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.  
SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção Social da Identidade e da Diferença**. In: Identidade e diferença a perspectiva dos Estudos Culturais. HALL, Stuart, WOODWARDY, Kathryn. Tomaz Tadeu da Silva org. – 15ª edição, p.73-102. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo e Identidade Social: Territórios Contestados**. In: Alienígenas na Sala de Aula Uma Introdução dos Estudos Culturais na Educação. Tadeu Tomaz da Silva. (Organizador). 9. ed. p.185-201. Petrópolis RJ: Vozes, 2011.

SHUCMAN, Lia; CARDOSO, Lourenço. Apresentação Dossiê Branquitude. **Revista da ABPN**. v.6, n.13, p.5-7.mai./jun.2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/146>. Acesso em: 06 mai., 2022.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e Poder: **Revisitando o “Medo Branco” no século XXI**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 6, n. 13, p. 134-147, jun. 2014. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/155>. Acesso em: 06 mai., 2022.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SOVIK, Liv. Por que tenho Razão: Branquitude Estudos Culturais e a Vontade de Verdade Acadêmica. Revista Contemporânea. V.03, n.02, jul. /Dez, 2005, p. 159-180. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3464/2529>. Acesso em: 19 mai., 2022.

SOVIK, Liv. **Preto no branco: Stuart Hall e a Branquitude**. Revista da ABN, v. 06, nº 13-mar./jun., p. 162-174, 2014.

SOUZA, Izaque Pereira de. **Do Movimento Negro às Cotas Raciais Na Educação Superior: A (RE) Construção da Identidade Negra Na Perspectiva Educativa e Inclusiva**. Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação em Educação) Maringá, 2020, 178 f. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/teses/2020/2020%20-%20Izaque.pdf>. Acesso em: 15 mai., 2022.

WOODWARDY, Kathryn. **Identidade e diferença: Uma Introdução Teórica e Conceitual**. In: Identidade e diferença a perspectiva dos Estudos Culturais, HALL, Stuart, WOODWARDY, Kathryn. Tomaz Tadeu da Silva org. – 15ª edição- p. 07-72. Rio de Janeiro. Vozes, 2014.

ZUBARAN, Maria Angélica; CRUZ, Joice Mari Ferreira da. **Educação e Branquitude: uma Discussão Com Professores da Educação Básica**. Revista PerCursos, Florianópolis, v.20 n.44. 138-154, set. /dez. 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724620442019138>. Acesso em: 07 mai., 2022.

Submissão em: 31/01/2022.

Aceito em: 04/09/2022.

Citações e referências  
conforme normas da:



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA  
DE NORMAS  
TÉCNICAS